



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**XXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO  
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

**1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 1ª Etapa - 17/agosto/2002**

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

**INSTRUÇÕES**

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

**DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS**

**COMISSÃO DO CONCURSO**

Juiz FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA – Presidente do TRT e da Comissão  
Juiz FLORIANO VAZ DA SILVA – Vice-Presidente Judicial  
Advogado LUÍS CARLOS MORO (OAB)

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Juiz JOSÉ CARLOS FOGAÇA – Presidente da Comissão  
Juiz RAFAEL EDSON PUGLIESI RIBEIRO  
Advogado OTÁVIO PINTO E SILVA (OAB)

Obs.: o gabarito desta prova será publicado no dia 20 de agosto de 2002, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Judiciário, Caderno I, Parte II.

**BOA SORTE.**

**COMISSÃO DE CONCURSO DA MAGISTRATURA TRT/2ª REGIÃO**  
Rua da Consolação, 1272 - 5º andar - CEP 01302-906 - SP  
Fone: 3255-4111 Ramal 2297

01. Obrigações solidárias:

- I) a solidariedade é sempre prevista em lei;
- II) a solidariedade vincula a uma mesma obrigação mais de um devedor ou mais de um credor;
- III) uma obrigação solidária não pode ser simples para um devedor e sob condição para o co-devedor;
- IV) não se admite a divisibilidade da obrigação em quinhão próprio para cada co-devedor;

(01) Identifique se há proposição(ões) certa(s):

- a) sim, somente uma; b) sim, precisamente duas; c) sim, exatamente três; d) sim, todas são certas; e) não, nenhuma é certa.

02. Proposições sobre a consignação em pagamento:

- I) a importância consignada deve ser líquida;
- II) a quitação como pretensão, como objeto imediato;
- III) presta-se a resolver o objeto em depósito na imputação em pagamento;
- IV) rege o procedimento ordinário;

(02) Identifique se há proposição(ões) certa(s):

- a) não, nenhuma é correta; b) sim, somente uma; c) sim, precisamente duas; d) sim, exatamente três; e) sim, todas elas.

03. Proposições sobre a execução:

- I) a aceitação é sempre causa extintiva;
- II) a aceitação será causa extintiva se por tal se avir;
- III) a remição pode ser parcial se não houver licitante para todos os bens;
- IV) uma vez iniciada, só será suspensa se o credor consentir;
- V) basta o pagamento da obrigação para gerar o efeito da extinção;

(03) Identifique se há proposição(ões) certa(s):

- a) sim, somente uma; b) sim, precisamente duas; c) sim, exatamente três; d) sim, todas; e) não, nenhuma

04. Tenham-se estas proposições:

- I) cognição não é motivo para contradita de testemunha;
- II) gera suspeição o parentesco por consangüinidade até o 3º grau;
- III) maior de 16 anos depõe como testemunha;
- IV) há previsão de comissão para a testemunha que se ausenta sem causa;

(04) Identifique se há proposição(ões) certa(s):

- a) sim, somente uma; b) sim, precisamente duas; c) sim, exatamente três; d) sim, todas elas; e) não, nenhuma.

05. Proposições:

- I) em nenhuma hipótese é válida a contestação por negação geral;
- II) pedido contraposto é o mesmo que ação dúplice;
- III) a sentença processual é proferida sem o rigorismo do art. 458 do CPC: São requisitos essenciais da sentença: I) o relatório, que conterá os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo; II) os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito; III) o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submetem;
- IV) se o advogado não comparece à audiência, conquanto compareça a parte, o Juiz pode ainda assim dispensar a produção de provas;

(05) Identifique se há proposição(ões) certa(s):

- a) sim, somente uma; b) sim, exatamente duas; c) sim, precisamente três; d) sim, todas; e) não, nenhuma.

06. Proposições:

- I) teoria imanente: atine à teoria da pretensão;
- II) dialeticidade: é característica do processo de conhecimento;
- III) jurídico e econômico: respectivamente, princípio fundamental e princípio informativo do direito processual;
- IV) *perpetuatio jurisdictionis*, *perpetuatio libelli* e *perpetuatio legitimati-onis*: nem todos são cogentes no processo civil brasileiro;

(06) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

- a) só uma proposição é certa; b) só duas proposições são certas; c) só três proposições são certas; d) todas as proposições são erradas; e) todas as proposições são certas.

07. Proposições:

- I) A ação intentada em tribunal estrangeiro obsta que a mesma causa seja conhecida pela Justiça brasileira;
- II) A ação intentada em tribunal estrangeiro obsta que a mesma causa seja conhecida pela Justiça brasileira, mas não obsta o conhecimento das que lhe são conexas;
- III) A ação intentada em tribunal estrangeiro só poderá ser conhecida pela Justiça brasileira no processo de homologação de sentença estrangeira perante o Supremo Tribunal Federal;
- IV) o devedor trabalhista, pessoa física, é extinto. O credor trabalhista não tem legitimidade para requerer a abertura do inventário;

(07) Assinale a alternativa correta:

- a) só uma proposição é errada; b) só duas proposições são erradas; c) só três proposições são erradas; d) todas as proposições são erradas; e) todas as proposições são certas.

08. Proposições sobre o contrato nulo:

- I) somente a investidura em cargo público depende de concurso na administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes (União, Estados, Distritos Federal e Municípios);
- II) a contratação sem concurso não forma relação empregatícia com a administração pública direta ou indireta, devendo o Juiz declarar nula a contratação que assim tenha sido feita e, neste caso, o trabalhador tem direito apenas ao pagamento do preço pelas horas trabalhadas;
- III) A Municipalidade contratou empregado sem concurso público. O empregado ajuíza ação pedindo adicional de insalubridade. A contestação alega que a contratação foi nula, pela ausência de concurso. A sentença disse que está válida a contratação, porque a CTPS foi assinada. A Municipalidade interpõe recurso autônomo apenas quanto ao adicional de insalubridade deferido. O Tribunal não poderá reformar a sentença, declarando a nulidade da contratação;
- IV) Empregado de banqueiro do jogo do bicho: o contrato de trabalho é nulo. Empregado do cambista de dólar paralelo (*doleiro*): o contrato de trabalho não é nulo;

(08) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

- a) todas as proposições são certas; b) só três proposições são certas; c) só duas proposições são certas; d) todas as proposições são erradas; e) só uma proposição é certa.

09. Proposições sobre a execução provisória e definitiva:

- I) A execução provisória e a definitiva não são feitas do mesmo modo, havendo rito próprio a cada qual;

II) requisitos bastantes da carta de sentença: petição inicial, procuração das partes, contestação, sentença exequenda, despacho de recebimento do recurso;

III) o Juiz não permitirá, em nenhuma hipótese, o levantamento do depósito em dinheiro na execução provisória;

IV) a execução provisória tramita até a penhora, não sendo admitido o julgamento dos embargos à execução;

(09) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

a) só uma proposição é errada; b) só duas proposições são erradas; c) só três proposições são erradas; d) todas as proposições são erradas; e) todas as proposições são certas.

10. Proposições:

I) taxatividade e contraditório: princípios que informam a defesa;

II) singularidade, *non reformatio in pejus*, duplo grau de jurisdição e correspondência: todos princípios que informam o recurso;

III) a parte deveria fazer um depósito recursal de R\$ 2.500,00 dentro do prazo do recurso. Depositou R\$ 2.000,00. O Juiz não pode admitir a complementação posterior, devendo denegar seguimento ao recurso;

IV) José da Silva é réu condenado em ação trabalhista. Ao recorrer, José da Silva recolheu as custas em DARF integralmente preenchido, porém em nome da sua empresa Marreta Ltda. O recurso interposto está deserto por falta de pagamento das custas;

(10) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

a) só uma proposição é certa; b) só duas proposições são certas; c) só três proposições são certas; d) todas as proposições são erradas; e) todas as proposições são certas.

11. Empregado eleito diretor estatutário da Sociedade Anônima, sua empregadora:

I – O tempo de exercício do cargo de diretor estatutário caracteriza a suspensão do contrato de trabalho;

II – O tempo de exercício do cargo de diretor estatutário não caracteriza somente a interrupção do contrato de trabalho, porque o diretor recebe FGTS e 13º salário;

III – O ônus da prova da subordinação jurídica é sempre do trabalhador, para elidir a validade da investidura ao cargo estatutário;

IV – O empregado que é eleito diretor estatutário não tem nenhum direito trabalhista, nem mesmo salário, exceto o FGTS.

(11) Assinale a alternativa correta:

a) todas as proposições são erradas; b) todas as proposições são certas; c) só uma proposição é errada; d) só duas proposições são erradas; e) só três proposições são erradas.

12. CASTRO ALVES, empregado de JOSÉ BONIFÁCIO, trabalhou integralmente a semana de 01 a 05.03.1999, e teve o contrato denunciado no dia 05.03.1999, sexta-feira, desobrigando-se nessa data, recebendo aviso prévio indenizado no mesmo dia. Ajuizou ação em face do empregador no dia 02.04.1999, sendo designada audiência para o dia 15.04.1999, à qual ele, autor, não compareceu, sendo arquivado o processo. No dia 03.05.1999, o autor CASTRO ALVES ajuíza nova ação em face do empregador JOSÉ BONIFÁCIO, requerendo também a citação do tomador de serviços, MIGUEL DE CERVANTES, na condição de responsável subsidiário pela obrigação inadimplida.

Proposições:

I) como o empregado recebeu a carta de dispensa no dia 05.03.1999, o primeiro dia do aviso prévio (projetado), é o próprio dia 05.03.1999;

II) o aviso prévio (projetado) não pode ser contado a partir do dia 06.03.1999, sábado, porque esse dia foi remunerado pelo empregador, em razão da frequência integral no curso da semana;

III) a ação arquivada suspendeu o prazo da prescrição na data do ajuizamento;

IV) o novo prazo prescricional é computado para a segunda ação a partir da data do arquivamento da anterior, não a partir da data do ajuizamento da anterior;

V) a prescrição ficou interrompida para o réu que estava citado na ação anterior (JOSÉ BONIFÁCIO), mas não ficou interrompida para o réu que foi incluída na segunda ação (MIGUEL DE CERVANTES);

(12) Assinale a alternativa correta:

a) todas as proposições são certas; b) somente quatro proposições são certas; c) somente três proposições são certas; d) somente duas proposições são certas; e) somente uma proposição está certa.

13. As partes foram intimadas da sentença trabalhista em que se condenou o réu MARECHAL RONDON e solidariamente o co-réu VASCO DA GAMA, embora, quanto a este último, estivesse comprovado nos autos a ilegitimidade de parte. O réu MARECHAL RONDON interpôs embargos de declaração fora do prazo, mas o Juiz, sem perceber a intempestividade, conheceu dos embargos e a eles deu provimento, sanando omissão quanto à compensação de valores pagos e quanto à prescrição. O autor VISCONDE DE TAUNAY não recorreu. O réu MARECHAL RONDON interpôs recurso ordinário dentro de 8 dias contados da intimação da sentença declarativa.

Proposições:

I) A sentença declarativa favorável ao réu é de nenhum efeito, porque o decurso do prazo para embargos extinguiu automaticamente o direito de seu exercício;

II) A sentença declarativa favorável ao réu só tem validade quanto ao acolhimento da prescrição, porque esta pode ser alegada a qualquer tempo;

III) O recurso ordinário do réu MARECHAL RONDON é tempestivo, porque o provimento dado aos seus embargos de declaração acabou por releva a intempestividade e permitiu o aprimoramento do julgado embargado;

IV) Se o Tribunal entender que o recurso ordinário do réu MARECHAL RONDON é intempestivo, ainda assim poderá excluir da lide o réu VASCO DA GAMA, porque a ilegitimidade de parte pode ser conhecida a qualquer tempo;

V) A sentença declarativa só não teria efeito se o autor VISCONDE DE TAUNAY tivesse interposto recurso ordinário;

(13) Assinale a alternativa correta:

a) somente duas proposições estão certas; b) somente quatro proposições estão certas; c) somente uma proposição está certa; d) somente três proposições estão certas; e) todas as proposições estão erradas.

14. Proposições sobre o salário-família:

I) a cota, quanto aos filhos, favorece somente os menores de 12 anos;

II) o salário-família não é salário, nem é pago pelo empregador;

III) o empregado aposentado por invalidez ou idade não tem direito;

IV) o avulso tem direito, a exemplo do trabalhador em alvarenga;

V) não é devido em função do contrato de trabalho;

(14.) Assinale a alternativa correta para proposições oferecidas:

a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) somente quatro são corretas; e) todas são erradas.

15. Proposições:

I) jamais poderá ser considerado empregado o indivíduo que figura como sócio no contrato social da empresa;

II) não existe, na legislação brasileira, o empregador por equiparação legal;

III) a doutrina nacional assimilou o conceito de *azienda* mediante "o complexo de bens organizados pelo empreendedor para o exercício da atividade empresarial", algo como a subordinação do estabelecimento à empresa;

IV) com a *disregard of legal entity*, gerada por um fenômeno econômico e social, o empregador passou a estar definido até pela simples massa de acionistas, mesmo que seus nomes não sejam conhecidos;

(15) Assinale a alternativa correta para as proposições apresentadas:

a) todas são certas; b) todas são erradas; c) somente três são certas; d) somente duas são certas; e) somente uma é certa.

16. Sobre o Direito Sindical:

I) todo servidor público tem direito à livre associação sindical;

II) o Poder Público não pode intervir na organização sindical, constituindo-se intervenção a negativa de registro do Sindicato por suposta infração às regras dessa organização sindical;

III) o registro do Sindicato deve ser feito perante o Ministério do Trabalho como forma de garantir a unicidade sindical;

IV) os Sindicatos poderão ser distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais, mas não será admitido um Sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional em uma dada base territorial;

V) o modelo brasileiro desaprova o monismo;

(16) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

a) todas são certas; b) somente quatro são certas; c) somente três são certas; d) somente duas são certas; e) somente uma é certa.

17. Sobre o Direito Sindical:

I) O art. 8º, VI, da CF/88, considera obrigatória a participação dos Sindicatos nas negociações coletivas. Essa obrigatoriedade é limitada ao Sindicato profissional, sendo facultativa a participação do Sindicato patronal;

II) o trabalhador aposentado deixa de integrar a categoria profissional a que pertencia e, conseqüentemente, perde o direito de voto perante o Sindicato da categoria;

III) Associação Profissional é o outro nome de Sindicato;

IV) A sentença normativa é fonte material do Direito do Trabalho;

V) A lei ordinária exige que o empregador seja notificado da greve com antecedência de 72 horas nas atividades não essenciais;

(17) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

a) somente uma é certa; b) somente duas são certas; c) somente três são certas; d) somente quatro são certas; e) todas são certas.

18. Proposições sobre os embargos de terceiro:

I - são ação possessória e podem ser ajuizados pelo terceiro, pela parte e pelo cônjuge da parte;

II - são ação possessória e podem ser ajuizados somente pelo terceiro;

III - são ação acessória;

IV - são ação anulatória da constrição e podem ser ajuizados somente pelo terceiro;

V - são ação possessória e podem ser ajuizados pelo terceiro e pelo cônjuge do devedor;

(18) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) somente quatro são corretas; e) todas são corretas.

19. Proposições de teorias:

I) Teoria Ato-união (Duguit): classifica a convenção coletiva;

II) Teoria do Ressarcimento de Dano (Orlando Gomes e Elson Gottschalk): classifica a indenização pelo tempo de serviço;

III) Teoria da imprevisão: classifica a economia dos contratos e sua rescisão;

IV) Teoria da nulidade relativa: *quod nullum est, nullum producitur effectus*;

V) Teoria do *jus variandi*: faz pertinência ao poder disciplinar do empregador;

VI) Teoria do fim, teoria da funcionalidade e teoria integral ou eclética: enfocam a natureza jurídica do Sindicato.

(19) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

a) somente duas são corretas; b) somente uma é correta; c) somente três são corretas; d) somente cinco são corretas; e) todas são corretas.

20. Proposições:

I) o tempo de afastamento do empregado não é em nenhuma hipótese computado na contagem do prazo do contrato com termo certo;

II) a suspensão do empregado pelo prazo de 30 dias importa a rescisão do contrato de trabalho;

III) o direito tutelar do trabalho não admite o contrato de trabalho submetido a condição resolutiva;

IV) a suspensão do contrato de trabalho é entendida como a paralisação total, porém temporária, das prestações intercambiadas na relação;

V) o afastamento do empregado para o serviço militar obrigatório é causa de suspensão do contrato de trabalho;

(20) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

a) somente três são corretas; b) todas são corretas; c) somente uma é correta; d) somente quatro são corretas; e) somente duas são corretas.

21. Proposições:

I) Os Sindicatos de Trabalhadores têm o dever de manter serviços de assistência judiciária aos integrantes da respectiva categoria profissional;

II) Os Sindicatos de Trabalhadores têm o dever de fundar cooperativas de consumo e de crédito;

III) A diretoria do Sindicato é constituída por 9 membros, no máximo, e 5 membros, no mínimo, eleitos pela assembléia geral dos integrantes da categoria;

IV) O direito de voto perante o Sindicato, na condição de integrante da categoria profissional, coincide com a idade permitida para o trabalho, ou seja, 16 anos;

(21) Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) todas são corretas; e) todas são incorretas.

22. Proposições:

I) a fonte primária de criação e comum a todo o Direito Privado, inclusive o Direito do Trabalho, é a volição dos contraentes, não a lei;

II) o surgimento das fontes de produção estatal, mista, internacional ou profissional não significou declínio da autonomia da vontade;

III) não há hierarquia entre as fontes normativas diversas da constitucional, gerando, todas elas, uma força vinculativa de coerção bastante a submeter a vontade dos pactuantes;

IV) convenções e recomendações originadas na OIT e ratificadas no Brasil são fontes formais do Direito do Trabalho;

V) Usos e costumes não são fontes do Direito do Trabalho no Brasil;

(22) Assinale a alternativa correta para as proposições apresentadas:

a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) somente quatro são corretas; e) todas são corretas.

23. Proposições:

I) a configuração do vínculo empregatício pode estar vário por uma cláusula contratual de nolição;

II) é elemento essencial à configuração do contrato de trabalho a liberdade do consentimento na formação dessa vinculação, ainda que não haja liberdade de consentimento do empregado quanto ao conteúdo da relação;

III) ao ser contratado o empregado assinou uma declaração de aceitação do regulamento interno da empresa, evidenciada em cláusula de formação do contrato de trabalho. Esse ato do empregado evidencia a presença da liberdade e vontade nas condições do ajuste;

IV) em todo contrato de trabalho está presente a nota de dependência econômica do empregado;

V) José Bonifácio firma, no dia 02.01.2002, um contrato de trabalho com a empresa Cruzeiro do Sul S/A, obrigando-se a trabalhar, como empregado, a partir do dia 01.03.2002, mediante o salário mensal de R\$ 2.000,00 e cumprimento de jornada das 08h00 às 17h00, com intervalo de uma hora. No dia 28.02.2002 a empresa encaminha carta a José, dizendo que perdeu o interesse manifestado naquele ajuste, e, assim, dá-se por desobrigada do compromisso, estendendo essa desobrigação também a José. Esses elementos são suficientes para se concluir que não houve contrato de trabalho entre as partes sujeito à legislação trabalhista;

(23) Assinale a alternativa correta para as proposições apresentadas:

a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) somente quatro são corretas; e) todas são corretas.

24. Proposições:

I) É obrigatória a emissão de Parecer do Ministério Público nos conflitos de competência;

II) o seqüestro de bens, na execução contra a Fazenda Pública, é procedido mediante prévio parecer que compete exclusivamente ao Chefe do Ministério Público;

III) o Ministério Público pode figurar como parte, em sentido formal, nos processos de conflito de competência;

IV) o Ministério Público deve emitir parecer nos recursos ordinários contra sentença de Vara do Trabalho, ainda que em processo de rito sumaríssimo;

V) dentre as funções institucionais do Ministério Público encontra-se a curadoria do revel citado por edital;

(24) Assinale a alternativa correta para as proposições apresentadas:

a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) somente quatro são corretas; e) todas são corretas.

25. Proposições:

I) as exceções disciplinadas no Código de Processo Civil são somente as de incompetência e suspeição;

II) a incompetência absoluta é argüida por meio de exceção;

III) as exceções de incompetência e de suspeição são suspensivas do processo, exceto se forem manifestamente improcedentes;

IV) a parte pode suscitar conflito de competência e exceção de incompetência;

V) a exceção de incompetência será sempre argüida no prazo da contestação, em peça autônoma;

(25) Assinale a alternativa correta para as proposições apresentadas:

a) todas são corretas; b) somente duas são corretas; c) somente uma é correta; d) somente quatro são corretas; e) somente três são corretas.

26. Proposições sobre o salário-mínimo:

I) o vocábulo salário vem do latim *salarium*, que por sua vez vem de *salis*, ou seja: sal;

II) as disposições que regem o salário mínimo são subordinadas ao princípio: *jus publicum privatorum pactis mutari non potest*;

III) a Constituição Federal assegura a irredutibilidade do salário-mínimo, salvo disposição contrária em acordo ou convenção coletiva;

IV) se o empregado trabalha jornada de 4 horas, pode ganhar  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; e se ele trabalha jornada de 2 horas, pode ganhar  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo;

V) o empregado é contratado para trabalhar 8 horas, ganhando salário-base equivalente a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo e gorjetas; a soma das duas parcelas é superior ao salário mínimo; o empregado tem direito à complementação do salário-base, para que seja pelo menos igual ao salário-mínimo;

(26) Consideradas as proposições, identifique a alternativa correta:

a) todas são certas; b) somente três são erradas; c) somente uma é errada; d) somente quatro são erradas; e) somente duas são erradas.

27. Proposições:

I) A existência de plano de cargos e salários definido em convenção coletiva afasta o direito à equiparação salarial;

II) o princípio da isonomia foi adotado no Brasil, pela primeira vez, com a Constituição Federal de 1.946;

III) o *office boy* da empresa ganha salário de R\$ 800,00, enquanto que o contador ganha R\$ 500,00; há direito de equiparação salarial deste com aquele;

IV) um empregado trabalha oito horas e produz 4 peças do tipo "X" numa metalurgia; outro empregado, na mesma empresa, trabalha quatro horas e produz 2 peças do mesmo tipo. Aquele recebe salário de R\$ 1.200,00; este recebe R\$ 1.000,00. Há direito de equiparação daquele com este, passando seu salário a R\$ 2.000,00;

(27) Consideradas as proposições, identifique a alternativa correta:

a) somente uma é errada; b) somente duas são erradas; c) somente três são erradas; d) todas são erradas; e) todas são certas.

28. Proposições sobre a equiparação salarial:

I) Existe equiparação por identidade funcional, por equivalência funcional, mas não existe para função análoga;

II) Em nenhuma hipótese ocorre dependência de "produção" para a equiparação, senão somente de "produtividade";

III) a contemporaneidade do trabalho do paradigma e do equiparando é requisito intrínseco às diversas possibilidades de equiparação salarial;

IV) Dois empregados de uma rede de supermercados exercem, em estabelecimentos distintos, a função de gerente geral de cada qual, na mesma cidade. A equiparação salarial não é devida para eles, porque exercem cargo de confiança;

V) Dois professores, empregados de uma Escola de ensino médio, ministram aulas para alunos do último ano de graduação. Um é professor de inglês e outro é professor de matemática. O de inglês ganha salário de R\$ 20,00 por aula, e o de matemática ganha salário de R\$ 15,00 por aula. Não é devida a equiparação entre eles;

(28) Consideradas as proposições, identifique a alternativa correta:

a) somente uma é errada; b) duas são erradas e três são certas; c) três são certas e duas são erradas; d) todas são certas; e) todas são erradas.

29. Proposições sobre a falta grave:

I) a empregada, mulher atraente, pede a rescisão indireta do contrato de trabalho acusando o empregador de assédio sexual. O empregador nega o fato, embora admitisse serem inconfortáveis seus olhares voluptuosos. Houve falta grave patronal;

II) o empregado é encontrado copulando com a sócia minoritária da empresa, no ambiente de trabalho. Houve falta grave do empregado;

III) a retorsão, desde que justa e sem desproporção, reme a falta grave patronal;

IV) para a caracterização da falta grave patronal é importante diferir obrigação e dever violados;

V) o perdão tácito não é aplicável ao empregado em relação às faltas graves possíveis na conduta patronal;

(29) Consideradas as proposições, identifique a alternativa correta:

a) somente uma é errada; b) duas são erradas e três são certas; c) todas são certas; d) quatro são erradas e um é certa; e) todas são erradas.

30. Proposições sobre o aviso prévio:

I) o empregado é pré-avisado da rescisão e, no curso do aviso prévio cumprido em serviço, sobrevem doença profissional, afastando-o do trabalho, por mais de 30 dias. O prazo desse afastamento não se computa ao tempo do aviso, voltando a fluir pelo tempo faltante quando o empregado recuperar a capacidade de trabalho;

II) o empregador é pré-avisado da rescisão e, no curso do aviso prévio cumprido em serviço, sobrevem doença profissional, afastando o empregado do trabalho, por mais de 30 dias. O prazo desse afastamento é computado ao tempo do aviso, havendo-se por rescido o contrato na data mesma originariamente prevista para tal;

III) dado o aviso prévio pelo empregador, este não pode mais reconsiderá-lo a talante;

IV) o empregado foi contratado com pagamento de salário por dia, tendo trabalhado um único dia, sendo despedido, sem causa, ao término da jornada. Tem direito ao aviso prévio de 30 dias;

V) o empregado menor pode, sem assistência do seu responsável legal, dar aviso prévio ao empregador;

(30) Consideradas as proposições, identifique a alternativa correta:

a) todas são certas; b) somente quatro são certas; c) somente três são certas; d) somente duas são certas; e) somente uma é certa.

31. Proposições sobre o salário *in natura*:

I) compreendem-se no salário as prestações *in natura* que o empregador fornecer ao empregado, como por exemplo o transporte de ida e volta ao trabalho;

II) mensalidade escolar correspondente à educação do empregado em estabelecimento de educação particular, custeada pelo empregador, é salário *in natura*;

III) a habitação fornecida pelo empregador equivale a, no máximo, 25% do salário base;

IV) fornecimento de bebida alcoólica não pode ser considerado salário *in natura*, mas o fornecimento de pacotes de cigarro sim, porque supre uma necessidade do empregado;

V) o empregador, por força do contrato, forneceu ao empregado vestuário com identificação da empresa, obrigando que o empregado usasse a roupa no deslocamento para o trabalho e retorno a sua casa, como forma de propaganda; esse vestuário não caracteriza salário *in natura*;

(31) Consideradas as proposições, identifique a alternativa correta:

a) somente uma é certa; b) somente duas são certas; c) somente três são certas; d) somente quatro são certas; e) todas são certas.

32. Proposições sobre o salário *in natura*:

I) O empregado ocupa residência fornecida pelo empregador há 2 anos. O empregado decide comprar um imóvel e para lá se muda com a família. O empregador é obrigado a incorporar ao salário do empregado, em dinheiro, a parcela correspondente ao preço da utilidade até então fornecida, pouco importando que não tenha o empregador suprimido a vantagem, nem cabendo ao empregador o direito de vincular a natureza da prestação *in natura*, contra a prestação em espécie;

II) o empregado recebe moradia e o empregador contabiliza, mensalmente, o equivalente a 30% do salário para efeito de integrações. O empregado recebe salário mínimo, de forma que a parcela base para as integrações é de R\$ 60,00. Essa situação subsiste por mais de 2 anos, até que o empregador suprime o fornecimento da moradia, promovendo a incorporação dos R\$ 60,00 ao salário-base do empregado, ficando assegurado ao empregado um prazo de 60 dias para a desocupação do imóvel. O empregado, no prazo da desocupação, muda-se para um imóvel alugado, mas não encontra na cidade nenhuma locação mais barata do que R\$ 150,00 para o tipo de moradia que lhe era fornecida. O direito do empregado é a restituição do imóvel como parcela *in natura*, cuja supressão não podia ser posta nem por trato consensual;

III) o empregado ocupa imóvel do empregador, como sua moradia, que é uma mansão de 15 dormitórios em local nobre, de frente para o mar, piscina e campo de futebol. O empregador perde na Justiça uma ação judicial e é obrigado a restituir o imóvel a terceiro. O terceiro é imitido na posse do imóvel, tendo o empregado de desocupá-lo. O empregador fornece então ao empregado um outro imóvel, de 3 dormitórios, em bairro de classe média, para onde o empregado se recusa a mudar, porque entende ser seu direito a obtenção de outro imóvel do mesmo padrão e alta valorização do anterior, evitando a redução do salário. A recusa do empregado é injurídica;

IV) o Juiz pode arbitrar o valor da prestação *in natura* quando esse valor não for, já aprioristicamente, determinado, mas não poderá fixar percentual superior aos percentuais que determinam a formação do salário-mínimo;

(32) Consideradas as proposições, identifique a alternativa correta:

a) somente uma é certa; b) somente duas são certas; c) somente três são certas; d) somente quatro são certas; e) todas são erradas.

33. A empregadora faliu, havendo-se com a quebra a rescisão do contrato de trabalho de todos os empregados. Nada foi pago aos empregados e eles ajuizaram ação trabalhista.

- I) o saldo de salário deve ser pago em primeira audiência, sob pena de pagamento de dobro;
- II) os juros da mora são pagos com a mesma preferência do principal trabalhista e na mesma ocasião;
- III) contra a massa falida não cabem multas, sendo indevida a multa de 40% do FGTS;
- IV) a empregadora falida deverá ser condenada a pagar tudo com correção monetária e juros de mora;
- V) se houver concordata na falência a rescisão do contrato poderá ser relevada, desde que a falida pague os salários verificados no interregno;

(33) Assinale a alternativa correta para as proposições apresentadas:

- a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) somente quatro são corretas; e) todas são corretas.

34. Nomeação de bens à penhora:

- I) a ordem de preferência fixada em lei só é obrigatória para o devedor, não para o credor, nem para o Oficial de Justiça;
- II) o credor pode aceitar uma nomeação de bens fora da ordem legal de preferência, mas não pode exigir um bem menos preferente a outro de preferência;
- III) o prazo para nomeação de bens à penhora é o mesmo tanto no processo civil quanto no processo do trabalho: 48 horas;
- IV) a penhora de crédito do devedor é considerada feita com a simples intimação do obrigado a crédito do devedor;
- V) a penhora de bem imóvel só pode ser feita por auto de penhora, não por termo de penhora;

(34) Assinale a alternativa correta para as proposições apresentadas:

- a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) somente quatro são corretas; e) todas são corretas.

35. A administração pública:

- I) em sentido formal é o conjunto de órgãos instituídos para a consecução dos objetivos da administração;
- II) em sentido material é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral;
- III) em sentido operacional é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em proveito da coletividade;
- IV) no âmbito federal, existe o regime jurídico único, sendo inadmissível a contratação sob o regime da CLT;
- V) no âmbito estadual e municipal, cada ente público pode instituir o regime estatutário, ou o celetista, ou ambos os dois;

(35) Assinale a alternativa correta para as proposições apresentadas:

- a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) somente quatro são corretas; e) todas são corretas.

36. A execução tem curso em Vara de São Paulo. O devedor tem títulos de crédito com cotação em Bolsa. Nomeou à penhora um imóvel localizado em Araçatuba.

- I) a nomeação é válida, porque o imóvel tem preferência como garantia de maior solidez;
- II) a nomeação é válida, porque o devedor pode indicar a alternativa executiva que lhe seja menos onerosa;
- III) a nomeação não é válida, porque foi descumprida a ordem de nomeação e o Juiz deve rejeitá-la de plano;

IV) a nomeação pode ser aceita pelo Juiz, desde que seja, primeiro, aceita pelo credor;

V) a nomeação é válida, porque foi respeitada a ordem de nomeação.

(36) Assinale a alternativa correta para as proposições apresentadas:

- a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) somente quatro são corretas; e) todas são corretas.

37. Quanto à penhora e execução:

- I) a execução processa-se pelo modo menos gravoso para o devedor, cabendo a este expressar, pela nomeação de bens, a alternativa que lhe pareça menos gravosa;
- II) o usufruto da empresa, com o afastamento compulsório dos seus dirigentes e nomeação de administrador pelo Juiz, não pode corresponder a alternativa menos gravosa para o devedor;
- III) a execução pelo modo menos gravoso para o devedor é sempre o imediato pagamento da dívida em dinheiro;
- IV) a execução pelo modo menos gravoso é preceito que vincula a conduta do credor;
- V) o devedor pode postular a alienação antecipada do bem como forma de execução menos onerosa;

(37) Assinale a alternativa correta para as proposições apresentadas:

- a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) somente quatro são corretas; e) todas são corretas.

38. Quanto à penhora e depósito:

- I) ao fazer a nomeação de bens deve o devedor exhibir a prova de propriedade dos bens;
- II) rejeitada a nomeação de bens, devolver-se-á ao devedor o direito à nomeação;
- III) é vedada a realização de segunda penhora;
- IV) a remuneração do depositário é arbitrada pelo Juiz;
- V) ocorrendo a penhora de bem móvel em uso pelo devedor, não pode ele recusar-se a ser depositário.

(38) Assinale a alternativa correta para as proposições apresentadas:

- a) somente uma é errada; b) somente duas são erradas; c) somente três são erradas; d) somente quatro são erradas; e) todas são erradas.

39. Quanto à execução:

- I) a execução não tem início com a liquidação de sentença, mas quando o devedor não satisfaz espontaneamente o pagamento da dívida;
- II) se o credor não quiser receber, pode o devedor requerer a citação do credor e neste caso a posição do devedor passa a corresponder à de exequente;
- III) se a sentença condenatória abrange uma parte líquida e outra ilíquida, o credor pode optar em executar aquela imediatamente e, concomitantemente, liquidar esta;
- IV) não há prazo certo para contestar os artigos de liquidação, devendo o Juiz fixá-lo;
- V) se o fiador pagar a dívida, poderá executar o afiançado nos mesmos autos daquela execução;

(39) Assinale a alternativa correta para as proposições apresentadas:

- a) somente uma é correta; b) somente duas são corretas; c) somente três são corretas; d) somente quatro são corretas; e) todas são corretas.

40. Direito Sindical:

- I) a Convenção nº 87, da OIT, que trata sobre a "Liberdade Sindical e Proteção do Direito de Sindicalização", não expressou preferência sobre a pluralidade ou unidade sindical;

- II) o Sindicato é pessoa jurídica de direito privado;  
 III) unidade sindical significa o reconhecimento, pelo Estado, de apenas um sindicato representativo da categoria; é esse o regime vigente no Brasil;  
 IV) os Sindicatos são organizados por profissão, por categoria econômica ou mistos; este último não existe no Brasil;

(40) Assinale a alternativa correta para as proposições apresentadas:

- a) todas são incorretas; b) somente uma é correta; c) somente duas são corretas; d) somente três são corretas; e) todas são corretas.

41. Processo e procedimento, identificam-se, respectivamente, com:

- a) cautelar; sumário;  
 b) sumário; especial;  
 c) especial; cautelar;  
 d) sumário; ordinário;  
 e) nenhuma das anteriores.

42. O conflito de competência pode ser suscitado exclusivamente:

- a) por qualquer dos Juizes envolvidos e pelo litigante;  
 b) por qualquer dos Juizes envolvidos;  
 c) somente pelo Juiz em favor de quem foi declinada a competência;  
 d) pelo Juiz em favor de quem foi declinada a competência e pelo litigante;  
 e) nenhuma das anteriores é correta.

43. O autor postula o pagamento de horas extras. Quatro testemunhas foram inquiridas, duas do autor e duas do réu. As duas do autor afirmam que ele trabalhava das 08h00 às 19h00, sem intervalo, de segunda a sexta-feira. As duas do réu afirmam que o autor trabalhava das 08h00 às 17h00, com intervalo de uma hora, de segunda a sexta-feira. Das testemunhas do autor, uma trabalhava com ele no mesmo setor e horário e a outra trabalhava em horário diverso, porém no mesmo setor, dando a rendição ao autor. Das testemunhas da ré, a primeira trabalhava no mesmo setor, em horário diverso ao do autor, e a segunda trabalhava em um setor contíguo, no mesmo horário que declinou. Assinale a alternativa correta:

- a) há perjúrio cometido pelas duas testemunhas da ré;  
 b) não se pode dizer que houve perjúrio;  
 c) há perjúrio cometido pela primeira testemunha da ré;  
 d) há perjúrio cometido pelas duas testemunhas do autor;  
 e) há perjúrio cometido por pelo menos uma das quatro testemunhas, devendo o Juiz expedir ofício ao Ministério Público para apuração e indiciamento.

44. Controle de absentismo usitado por lançamento homógrafo:

- a) exige ajuste em norma coletiva;  
 b) vale desde que ratificado;  
 c) vale sob ratificação e reificação;  
 d) não está sob privação legal;  
 e) é mecanismo de simulação.

45. O Juiz considera-se inimigo capital do advogado do autor:

- a) não há suspeição ou impedimento do Juiz;  
 b) o Juiz é suspeito;  
 c) o Juiz é impedido;  
 d) o Juiz é impedido por foro íntimo;  
 e) o fato é motivo para exceção.

46. Anatocismo:

- a) pedido implícito da correção da mora;  
 b) pedido implícito de capitalização da correção;  
 c) pedido implícito de mora sobre a correção;  
 d) pedido implícito de capitalização dos juros;  
 e) pedido explícito de mora e correção.

47. Ação *in rem verso*:

- a) é de *danno infecto*;  
 b) é repetição de indébito;  
 c) é consignação em pagamento;  
 d) é restitutória;  
 e) é de prestação de contas.

48. Apresto da execução:

- a) trânsito em julgado;  
 b) só é próprio para a execução provisória;  
 c) liquidação;  
 d) mandado de citação;  
 e) ciência pessoal do devedor.

49. No Direito do Trabalho, a antiga parêmia: *jus publicum privatorum pactis mutari non potest*, aplica-se:

- a) indiferentemente para qualquer alteração do contrato;  
 b) fundamentalmente para as alterações *in melius* das condições do contrato;  
 c) circunstanciadamente para as alterações diretas ou indiretas, consentidas ou não pelo empregado;  
 d) essa não é uma parêmia conhecida no Direito do Trabalho;  
 e) única e exclusivamente na alteração *in pejus* das condições do contrato.

50. O empregado é dispensado no dia 10.02.1997, sob alegação de falta grave, caracterizada pelo hábito de colocar apelido nos colegas de trabalho. Ajuizou ação pedindo as verbas rescisórias no dia 25.02.1999. A ré, em contestação, alega a prescrição total, face ao decurso do prazo de 2 anos contados de 10.02.1997.

- a) a ação não está prescrita, porque o aviso prévio postulado projeta o tempo de serviço;  
 b) a ação está prescrita, porque não há aviso prévio a se projetar;  
 c) a ação não está prescrita, porque o prazo de prescrição é de 5 anos; o de 2 anos é de decadência;  
 d) o Juiz teria que, obrigatoriamente, permitir a produção de provas para aferir a falta grave, antes de apreciar a prescrição;  
 e) todas as alternativas anteriores não são suficientemente exatas.